

Uma Lugar na História: A Morte do Pai

Jaime Milheiro*

A preocupação sobre a continuidade, inserindo a fluência inexorável do tempo no sentimento íntimo da nossa própria história, é sempre algo contido nos desígnios conscientes ou inconscientes de cada um. É uma inerência do ser humano ou da sua pretensão de imortalidade, se quisermos filosofar a esse ponto. Mesmo quando sorrimos ou ridicularizamos, não podemos completamente afastar o que nesta matéria se passa dentro de nós ou à nossa volta, do que percebemos connosco e com os outros. Assunto de fé para uns, de necessidade para muitos, de coesão psicológica para a maioria, qualquer que seja a perspectiva adoptada nela se revelam conteúdos relativos ao sentido pessoal da existência e à sua continuidade. Não tenho dúvidas de que os movimentos psicológicos nisso implicados foram e são os verdadeiros motores da criatividade, que entre vários desígnios ou elementos criou também este: a própria noção de história. Qualquer que seja a história: das pessoas, das sociedades, das culturas,

das ideias. Histórias que, sem grandes racionalizações, têm necessidade de suportes no trajecto, de travesmestras objectivadas em figuras que, sendo percíveis, através do mérito deixaram de o ser. Todas as ideias, todas as histórias das ideias, precisam de corpos, criam corpos para se credibilizarem. As religiões, no seu contar mitológico de finalidade eternizável, usam esse processo no limite e sobre si próprias, porque afinal é isso mesmo que o ser humano intimamente pretende. Daí também a sua expansão e o seu sucesso.

Ninguém se imuniza totalmente. É o mínimo que se poderá dizer sobre este estranho fascínio duma continuidade, onde o futuro deixaria de existir, onde apenas um presente haveria, controlado pelo próprio: sabemos que o futuro só é sensível como percepção porque temos consciência do nosso próprio acabamento; sem isso seria impensável, seria um absurdo fenomenológico e psicológico. Por isso também, a nossa comunicação com os outros, com os outros significativos, persiste para além da morte, não como quem procura racionalmente, mas como quem não pode funcionar doutra forma. É uma união íntima, que nos organiza por dentro, estrutura, define, que igualmente nos

* Psiquiatra e Psicanalista. Director do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar de Gaia

confere qualidade, pelo que jamais se esquece, mesmo se porventura o desejo fosse esse. Desde que as figuras tenham sido de facto significativas, permanece a impressão, permanece a marca, positiva ou negativa, mesmo quando aparentemente desinvestida. A trajectória melhora, piora, idealiza, rebaixa, mas nunca apaga completamente. Todos somos feitos dos pequenos pedaços recolhidos dessa forma, formatados, entrelaçados, alimentados por dentro na consciência de si, pedaços que por sua vez se vão dispor em novos frutos susceptíveis de nova transmissão.

Neste sentido, a história pessoal é a história recolhida e arranjada interiormente, desejada nesse tempo eterno onde não haveria futuro. Uma parte enorme das energias de vida, daquilo que, sem sabermos exactamente como, procuramos gerir porque nos sentimos em movimento, daquilo que propicia a relação connosco e com os outros, tudo a que chamámos comunicação, em qualquer sentido que a palavra se possa utilizar, se orienta nesse terreno. Respiramos entre essas malhas, mesmo se na aparência nos ocupamos física ou mentalmente apenas com o restante. É a relação, a vida de relação, conjugada num sentimento íntimo de percurso, que absolutamente se institui em qualquer situação. Mesmo numa ilha deserta. Isto é tão vital e importante, que ninguém estará incomunicante, fora da relação, só, mesmo quando isolado. Mesmo numa ilha deserta a pessoa comunica, deseja, sabe do tempo, ouve a música que transporta dentro

de si, funciona com os seus objectos internos, mantém o sentido da sua própria história. Mesmo nessa situação limite pensará na imortalidade, como desejo ou fantasia, imaginará o seu lugar na história, o seu lugar na história de si ou na história dos outros, mesmo que seja apenas o seu lugar na história daquele local. Ainda que tenha consciência plena de que ninguém mais pensa nisso, tenha a certeza de que ninguém mais se preocupa com isso; mesmo que haja uma impossibilidade total de alguém aportar à ilha ou o próprio de lá sair, mesmo que haja a certeza absoluta do esquecimento e da insatisfação. O problema é que a insatisfação do desejo não anula a fantasia da sua realização, mesmo no deprimido que o esconde ou no psicótico que o desloca.

Só a morte apaga esta expressão dentro da pessoa. A sua inevitabilidade está sempre presente, justificando e criando todo este conjunto de movimentos. Todos estes processos e necessidades de história, continuidade, imortalidade, verdadeiras condições da espécie humana, têm como pano de fundo a sua negação. Haverá muitas formas de o fazer. Na complexidade, reassumam eventuais concretizações que podem tomar forma de narrativas ou de expressões públicas de boa memória. No processo mais saudável serão os outros, os receptores da comunicação, às vezes tornados continuadores, que a promovem. Acontece assim quando o recebido se situa em linhas de pensamento, ideias e conteúdos, suficien-

temente impressionantes e vividos no afecto, para serem constituintes gratificantes. Somos nós, agora, na relação com o Dr. Pimentel das Neves, 25 anos após a sua morte, que o fazemos. Cumprem-se neste momento as condições não esquecidas e as obrigações: 25 anos após a sua morte, 25 anos após a morte simbólica do pai.

Será para nós uma forma simbólica de negar a sua morte. Toda a gente o faz relativamente a quem se gosta, incluindo-a na necessidade de comunicação de que falávamos, fazendo-o em silêncio, sem que em princípio isso mova ou seja dependente de qualquer referência pública. Todos negamos a morte, diariamente, quando por exemplo, no pensamento acordado ou nos sonhos, projectamos encontros para além dela. Como é comum acontecer. Todos fantasiámos retornos e regressos, destinados a melhorar condições negativas ou a revivê-las quando foram suficientemente boas, na intenção claríssima de novamente partilhar, repetir em mesa-redonda, convergir, contando de si, narrando percursos de alegrias e tristezas, em aconchegos de reunião comunicante, sem esforço, sem conflito. Numa presença retomada, segura, definitivamente segura. Nega-se a finitude fantasiando o regresso reparador, recuperador, a um passado transformado, desculpabilizado, perfeito, sem mácula, sem desagrado. Em melodia intemporal. Mesmo sabendo que essa existência na fantasia é uma não-existência, nega-se a morte desse modo para alimentar o facto de existir. É bonito, mas é também um tremendo

paradoxo e uma contradição, porque nos constitui, nos organiza e nos projecta numa espécie de desejo de justificação perante um juízo que efectivamente não existe. Mas essa fantasia é primordial, para nós e para todos, porque constantemente se derama do sentido psicológico básico em que se granjeou, para o social que desejamos, ou seja, para o julgamento efectivo dos circunstantes reais, que sempre tememos. Negamos a morte dando valor e continuidade a esse desejo e a esse juízo. E voltámo-lo para o social, melhorando-o inevitavelmente nesse caminho. Se nisso nos deixarmos pensar. E toda a gente se deixará pensar, se não sofrer do pensamento, porque em última análise, melhorar socialmente é melhorarmos a nós próprios, o que constitui outra inerência do ser humano normal. Mesmo que às vezes se narcisifique.

Por isso desejamos melhoria no exterior, não fechamos os olhos às condições dos outros, preocupámo-nos com a sua sorte, consideramos que, embora em pequeníssima dimensão, temos um papel a desempenhar, um testemunho a transmitir. Desejamo-lo, na saúde interna, na compleição variável que cada tiver para o fazer. Pimentel das Neves tinha esse desejo, essa saúde e a compleição indispensável. Sendo aparentemente destinado a viver naquele situacionismo fácil, fixado e amordaçado, a que a sua época com sólidos argumentos convidava, onde nada deveria mexer sob pena de censura, onde na Psiquiatria imperavam as

características ancestrais: separação definitiva entre doentes e sãos, isolamento do doente como medida terapêutica fundamental, muros altos à volta dos asilos, situações miseráveis de prisão infra-humana, etc... a verdade é que se situou muito para além disso. Todos viam, mas só alguns reparavam. Ele reparou!

Também nesse movimento técnico e profissional actua o processo de que falávamos: nega-se tudo, nada se vê, porque assim se nega a morte que a miséria psiquiátrica em si mesma simboliza. Nega-se neste caso como fuga. Preocupar e proceder na intenção de melhorar, traduz de certo modo uma saudável aceitação do próprio facto de morrer. Será estranho, talvez, mas não é contraditório. Nega-se muitas vezes a morte fugindo à dos outros, não vendo a miséria mortal dos outros, numa atitude apoiada nas angústias que esse pensamento provoca. Arranjámo-nos dessa maneira, defendêmo-nos, invocámos compromissos, avançámos desculpabilizações. Dentro de cada um é sempre assim. Serão as angústias que determinarão a atitude.

Há quem não fuja, quem possa observar e continuar. É por isso que, perante a morte ou a ideia da morte, do próprio ou dos outros, alguns homens se tornam grandes. Se vão da lei da morte libertando, como dizia Camões. As preocupações sociais não acontecerão nunca em quem não tiver verdadeiras preocupações internas sobre a morte, sem precisar de as negar fugindo. Sem elas, diga-se de passagem, a sociedade será apenas

laboratório, usado em experiências que até podem ser curiosas. Laboratório sobre ratinhos, cobaias, loucos e similares.

Pimentel das Neves utilizava a serenidade pacífica de quem conhece o terreno, sabe das razões e procura actuar; de quem segura parcelas e sensibilidades, em caminhos pouco apoiados mas, porque dignificantes, se continuam. Mérito, criatividade, capacidade de sentir, passagem ao social, são palavras-chave do seu merecimento, muito distanciado das farsas tantas vezes visíveis em contemplações e inércias auto-justificadas. São essas características que justificam um acto igualmente social, um acto público, onde se negue a morte de quem permanecia calmo perante as eventuais queimaduras dos seus pares e da vida. O seu promover clínico na perspectiva social muito me surpreendia, em vários planos. Eu supunha, ingenuamente na altura, que a relação que cada um tinha com o exterior seria uma repetição, um prolongamento de sentido idêntico à sua própria organização interna. Hoje sei que a complexidade da mente humana é muito maior, que interior e exterior são muitas vezes complementos, contra-pontos ou mesmo opostos. Negativo será fixar uma eterna repetição.

Pimentel das Neves não pertencia ao mundo dessas repetições. Nem ao mundo dos repetidores de poderes e saberes, no temor de os perder, dos que não abrem gavetas de risco nem de participação, dos que não se difundem em busca de critérios de

aplicabilidade daquilo que se vê. Conhecia, via, não escondia, era sensível à desgraça da doença mental, percebia o mundo circundante, olhava as questões psicossociais, sentia necessidade de mudança.

Isto era extraordinário no Portugal dos anos 60!

II

A minha geração viveu intensamente os anos 60. Nesta área da Psiquiatria como noutras, donde se recolhiam teoremas interligados. No entorpecimento do estado salazarista, soltavam-se aqui e ali pequenas aragens de mudança (individuais, sociais, políticas) sonhando esperanças, despertadas em ideologias e juventudes. No Portugal fechado que a polícia mantinha em ruralidade e sacristia, desenhavam-se tentativas mais ou menos clandestinas, pequenos brilhos cimentados em conhecimentos e deslumbramentos. Humanismos em descoberta psicológica e social, supostamente aplicáveis ao adoecer psiquiátrico, pautavam caminhos e virtudes, nos conceitos e nos espaços de intervenção.

Os velhos asilos psiquiátricos, que entretanto haviam sido crismados de hospitais psiquiátricos, começavam a encarar-se no que verdadeiramente eram: tenebrosos isolamentos de porta fechada, espaços-cobertura de marginalizados, espaços-escondidos atrás de muros salvadores, serviços de segurança contra a loucura disfarçados de serviços de saúde, locais de misé-

ria infinita para desgraçados que, por terem adoecido, passavam eternamente a ser apenas semelhantes a pessoas. Colhendo de forma muito filtrada alguns ecos do que se passava no resto do mundo, os electrochoques a seco e em cadeia, a indignância em todos os ângulos, o sentimento pavoroso de descida aos infernos, começavam a ser postos em causa por alguns mais corajosos. A situação feria sensibilidades que paulatinamente tentavam encaminhar a tríade habitual... Psiquiatra-Psicose-Asilo... para terrenos mais leves e humanamente decentes. Da Psiquiatria pesada, pesadíssima, que a medicação psicofarmacológica já podia em parte minimizar, soltavam-se amarras e vislumbravam-se zonas patológicas compatíveis com a normalidade. Nos serviços públicos, alguns começavam efectivamente a desenvolver conceitos de neuroses, conflitos, problemas pessoais, comportamentos, inaptações; descobria-se a importância dos psicólogos, dos assistentes sociais, dos terapeutas ocupacionais, dos enfermeiros, que começavam a deixar de ser guardas (*garde-fous*, como diziam os franceses) para serem o que são hoje.

Começava a falar-se de Saúde Mental e a verificar-se que, afinal, a grande maioria dos necessitados de ajuda psiquiátrica não precisaria nunca de entrar num hospital daqueles. E que os que precisassem teriam de ser tratados como cidadãos, em condições técnicas e habitacionais merecedoras do nome. Acentuavam-se desafios: um novo conceito de doen-

ça, um novo conceito de instituições, um novo conceito de assistência psiquiátrica, uma nova preparação profissional, uma nova atitude, absolutamente diferentes do tradicional. O que desencadeava enormes desconfianças e resistências, às vezes absurdas ou mesmo brutais. Mudar o estabelecido: nas pessoas, nos grupos, nas organizações, nos serviços, é sempre muitíssimo difícil como sabemos, mas provavelmente é mais difícil ainda nesta área, porque para além dos loucos, por quase todos considerados pouco interessantes em si mesmos, não haveria benefícios para mais ninguém. O único prémio dos preocupados seria um sono mais tranquilo.

É absolutamente indispensável frisar como Pimentel das Neves se colocou na vanguarda de todo este movimento e quanto todos lhe devemos: pessoas, técnicos, doentes, serviços. Sendo ele estruturalmente conservador, um homem do poder, um homem da confiança do regime, monárquico, católico – apostólico – romano de prática diária, de cotação social elevada, nunca teve apesar disso qualquer hesitação em aderir aos novos conceitos. Nem a neles desempenhar o papel activo, fundamental, valioso, que o peso do seu nome e da sua função acrescia. Numa profunda convicção, contra ventos e marés, contra os coetâneos de mentalidade asilar que eram quase todos, contra os alienistas influentes da altura, mais ou menos continuadores da Psiquiatria nazi, contra os preocupados apenas com a segurança policial da boa sociedade, contra os que nunca pensaram na

humanização e defesa dos doentes, contra os que nunca pensaram na cidadania daquelas pessoas, contra os que nunca pensaram em coisa nenhuma.

Também contra o espírito político dominante, de que era destacado representante oficial, na sua qualidade de Delegado da Zona Norte do Instituto de Assistência Psiquiátrica e na qualidade de primeiro Director deste Hospital Magalhães Lemos, que, aliás, surgia já diferenciado e pioneiro, muito por sua influência. Contra o que muitos esperariam de si, afinal.

Estimulava todo o tipo de intervenção e organização que a modernidade produzia, incentivava pesquisa e busca profissional nos países mais desenvolvidos, amparava dificuldades, protegia quem queria modificar e progredir, falava abertamente das limitações da formação do seu tempo. Deu a face numa disciplina tão incorrecta politicamente como a Psiquiatria Social, de que foi ilustre divulgador nesse Portugal atrofiado, conhecendo perfeitamente os riscos dessa atitude e cobrindo os nossos. O mesmo quanto à Psicanálise, à Grupanálise, à Pedo-Psiquiatria de João dos Santos, a tudo o que fôsse avançado na pesquisa e na interrogação, prestando contributos decisivos para a sua introdução e valorização nesta cidade.

Nesse espírito, quase todas as peças da organização assistencial psiquiátrica e de Saúde Mental existentes em linhas modernas no Norte do País, foram por si criadas, projectadas, ou pelo menos influenciadas, numa

visão notável de futuro. Todos os ex-Centros de Saúde Mental a ele se devem (Braga, Viana, Gaia, Penafiel, Vila Real, Bragança, Centro de Saúde Mental Infantil), tal como a intervenção comunitária, a sectorização, os serviços extra-hospitalares, a instauração duma Política de Saúde Mental e duma Lei de Saúde Mental em termos modificados. Quase tudo se lhe deve, apesar de falecido em 1973 e ter estado em funções pouco mais de 10 anos. Numa acção que se tornou exemplar para o resto do País. Nós, a minha geração, fomos os seus herdeiros, desenvolvemos as suas ideias, os seus métodos e perspectivas, trabalhamos também muitas vezes contra ventos e marés, nacionais e regionais, mas fomos apenas continuadores da obra por si alicerçada.

Sempre me interroguei como lhe teria sido possível compatibilizar-se com o espírito dalguns dos seus colaboradores, por si aceites ou até preferidos. Muitos de nós éramos jovens em busca de liberdades políticas e perante ele não fazíamos segredo. Sonhávamos justiça, preocupações sociais, valorização dos indivíduos, solidariedades. Regressávamos combatidos da guerra de Angola, mas éramos alegres e corríamos por gosto. Situávamo-nos no clima cultural desses anos 60, que a guerra do Vietname percorria como pano de fundo, num mundo que idealizávamos. Desenvolvíamos pensamentos e ideologias, às vezes comportamentos, nem sempre completamente disfarçáveis, muito contrários aos valores que nos impunham. Por outro lado, a loucura co-

meçava a ganhar um sentido que até então nunca tivera e por isso procurávamos um conhecimento profissional o mais actualizado possível, para melhoria fundamentada dos doentes e dos serviços. Lendo muitas vezes o proibido, estudando o insólito para Portugal, percorrendo o não dito, devorando o oficialmente calado.

De além Pirinéus brotavam os clareões essenciais. A França importava dezenas de milhares de emigrantes portugueses, a salto, mas exportava brilhantes ideias e fontes; era a nossa referência, o nosso longínquo saber. A selecção francesa da altura, todos os anos ganhava o campeonato do mundo do pensamento: "Le Monde", "Le Nouvel Observateur", através de riscos e cumplidades, eram publicações de cabeceira; líamos Sartre, Foucault, Bataille, ouvíamos o fabuloso Jacques Brel, antecipado por Brassens, Ferré, Reggiani; considerávamos criminoso não saber do último Jean-Luc Godard, dos últimos Truffaut e Fellini, obviamente proibidos em Portugal. Teatro, só em Paris, dizíamos cheios de modéstia. Um degrau além de Picasso e Matisse, mirávamos já curiosos o expressionismo abstracto.

A cultura anglo-americana e a língua inglesa olhavam-se de cima. Da América, ressaltando Cassius Clay e o jazz, só vinham americanices abomináveis, capitalismo e racismos, com a agradável surpresa de Joan Baez e Bob Dylan em maré de chegada. Esses traziam música e flores, num contraponto fantástico ao Vietname.

Intelectuais de esquerda, era assim que se dizia, republicanos, laicos e socialistas "avant la lettre", éramos inocentes "compagnons de route" sem patente registada. Nos intervalos, descíamos à terra: Brigitte Bardot, a mais perfeita encarnação do Diabo que neste mundo se tinha produzido, passava então a ser muito lá de casa; os Beatles não tocavam mal de todo, éramos condescentes, mas demasiado populares; o F. C. Porto, lamentavelmente, não era ainda o maior.

Falávamos muito de política, em voz baixa, mas percebíamos pouco, como depois do 25 de Abril nos vimos forçados a concluir. Mas não sabíamos que não sabíamos. Éramos sobretudo da oposição. A consciência da repressão e da transgressão continha tal prioridade que, quando na Inglaterra assaltavam combóios-correios e roubavam milhões, secretamente como é óbvio, nos colocávamos do lado dos assaltantes. Mas de facto sabíamos muito pouco. Um episódio breve indica a dimensão e o posicionamento de Pimentel das Neves: um dia, já chefe de equipa, em 1972, fui com todo o meu grupo (10 ou 12 técnicos) reclamar junto dele uma nomeação hierárquica, feita sobre nós, que detestávamos. Apresentámos-lhe sólidas razões, sobretudo afectos; não gostávamos daquele indivíduo, não sabia pensar, não sabia fazer. Fomos dizer-lhe que não aceitávamos aquela nomeação. Era grave, na ditadura, uma posição colectiva. Surpreendido, preocupado, foi consultar os superiores do Ministério. Chamou-me passados dias: "deram-me instruções de

que se não acatassem as ordens seriam expulsos da função pública", "disseram-me também que a vossa atitude é uma atitude maoísta". Maoísta? o que é que isso quer dizer? "Olhe, se quer que lhe diga também não sei lá muito bem." Rimo-nos os dois. Com inteligência e visão, resolveu tudo a nosso favor, pouco tempo depois.

Freud era o nosso ícone de letras maiores, à volta do qual muitos concordávamos; era o obelisco da Praça da Concórdia, que se impunha vertical, apesar de trazido de outras paragens. A famosa fotografia de Che Guevara encimava já muitos altares civis; Marx, legível em breves resumos, lá teria certamente as suas razões. Portugal seria um disparate, onde só Zeca Afonso prestava e Fernando Pessoa tinha interesse, embora só depois de morto o tivessem descoberto. Na língua pátria, em divulgações feitas debaixo de mão, saboreávamos os livros proibidos dalguns perigosíssimos esquerdistas: Jorge Amado, Jorge de Sena, Aquilino Ribeiro...

Dizíamo-nos progressistas e falávamos disso com ele, que sorria connosco e profissionalmente estimulava. Foi nesses caminhos que, por sua influência, obtive uma bolsa de estudo na Faculdade de Medicina de Paris, em 1965 e 1966, para estudar Psicofarmacologia, no serviço mundialmente mais avançado do tempo, o serviço do Prof. Jean Delay. Quando regresssei, completamente competente nessa matéria, após as indispensáveis palestras no Conde Ferreira e

na Ordem dos Médicos, só depois disso, anunciei-lhe que pretendia orientar-me em linhas completamente diferentes e fazer formação na Psicanálise de que tinha sido inundado em Paris. Imediatamente aplaudiu, contrariando abertamente os seus pares nesta cidade e as hierarquias psiquiátricas centrais, como repetidas vezes depois tive ocasião de verificar. Confidenciou-me até que se fosse mais novo era assim que faria. Arranjou para mim e para todos os que o pretendessem, condições óptimas para esse tipo de formação, que só poderia concretizar-se em demoradas deslocações a Lisboa. Inúmeras histórias, de sabor idêntico, pudera aqui relembrar, comigo ou com outros.

Como lhe foi possível enquadrar e compatibilizar estes opostos, ter a coragem de os assumir? A resposta só pode ser esta: era um homem civilizado! Através da inteligência, da intuição, do sentido da evolução e da sensibilidade, através da percepção aguda dos caminhos da história, compreendia onde estava. São estas qualidades que retiram aos poderosos as armas da prepotência e da arrogância, conferem humildade, impedem a mera repetição dos textos oficiais, anulam a dedicação exclusiva que o poder do momento sempre deseja. São elas que revelam a dimensão da Pessoa. Penso em tudo isso, mas penso também na sua incomparável capacidade de relação, na sua necessidade de participar, no seu expresso desejo de fornecer colorido e humor ao mundo em que acreditava.

Para isso era indispensável transmitir. Mas... transmitir o quê?

III

Quem transmite verdadeiramente, transmite sobretudo um sentido. Transmite caminho e conceito, transmite processo e ideia, transmite o sentido íntimo da abstracção. Transmite leitura e capacidade de ler!

Numa transmissão verdadeira, aceite e desejada por ambas as partes, transmite-se muito mais o pensamento do que a coisa pensada, muito mais o processo de transformação do que a coisa transformada. Tal como no crescimento das pessoas, o crescimento da transmissão processa-se por identificação ao processo íntimo do que vai acontecendo. Passa do objecto à ideia e desta a um novo objecto antevisto no horizonte. Transmite-se também uma atitude, uma atitude mental jamais acabada, uma abertura que nunca se fecha, uma gaveta sempre entreaberta. No limite, diria que se transmite um universo despreocupado da chave, um universo em expansão incontornável em terrenos não limitados, um mundo situado para além dos tempos. Transmite-se o que sendo princípio de vida flui como motor da comunicação, sem princípio nem fim, mesmo sabendo, de fonte certa, o inevitável princípio e fim de quem propõe.

Transmite-se uma continuidade que sendo finita para quem transmite... facto que sinaliza a zona mais nobre da transmissão, porque ela per-

manece viva no desejo do transmissor, mesmo sabendo que nunca será por ele concluída... é inconclusiva no tempo porque continua. O jogo continua, outros o farão, justificando-se deste modo a aparentemente incompreensível atracção que em boa saúde este movimento comporta. Atracção automática e inconsciente, quase nunca dita, que desconhece a necessidade de aplauso, porque representa o dinamismo constante duma construção. Dita, a atracção e o fascínio desvanecem-se, tal como a construção da Saúde Mental em cada um se desvanece, quando precisa que se lhe dê nome para que aconteça. Nomear artificializa, se for nomeado deixa de ser: do lado dos indivíduos, do lado das sociedades, do lado dos povos, do lado da História. Tudo se passa deste modo, como inerência vital, em todas as vertentes.

Esta transmissão não se objectiva em alegrias de busca, nem assenta em caminhos deliberados ou racionais; funciona enquadrada no sentimento de existir, na convicção de modelo, na peça interligada, no exemplo que sobressai, na distância entre o que existia antes e o que continuará depois. O que leva a supor que, na transmissão dum percurso, é muito mais decisivo o agente transmissor do que a coisa a transmitir, que é muito mais importante a relação do que o projecto, que a prioridade do motor dianteiro não é propriamente a razão. Que é a relação entre quem transmite e quem recebe, na condição básica duma qualidade unívoca e partilhada, que funciona essencialmente.

Pimentel das Neves nunca nos dizia o que fazia, nem porque fazia; nem nunca o ouvi insistir no que devíamos fazer. Mas nós sabíamos, basicamente, porque como ele o tínhamos no pensamento e na convicção. Transmittia-o sem grande discurso, na condição relacional benéfica que os movimentos vividos em silêncio podem transportar. Dir-se-ia, mais prosaicamente: não precisava de impor, o implícito existia. Poderíamos interrogar se este tipo de transmissão será susceptível de criar ou de marcar, só por si, um lugar na História. Se poderá conceder lugar, para além do efémero.

Nós sabemos que, em condições normais, nesta área das ciências humanas, nunca será possível parar o imparável por definição, nem marcar lugar na história dizendo apenas aos outros "vejam-me, estou aqui", embora isso seja tentador e corrente. Por outro lado, nunca será igualmente possível sobrenadar no tempo e nas ideias, neste rio interminável constantemente fertilizado por novos afluentes, mesmo cumprindo a condição de lhe dar sequência até ao fim, e deixar marca sobrevivente só por isso. Há o dia e a noite da espécie, que prossegue inexoravelmente e apaga. Que mecanismos serão necessários então para este efeito, ressaltando a descoberta genial, murro no estômago da história, que só de séculos a séculos acontece? Como se dispõe a memória, para que haja lugar na história? Que terá de acontecer para que, no respeito e na dignidade da memória, se faça história?

Será a qualidade da obra e da transmissão, o processo, a lei da vida, certamente, mas será também o impacto introduzido no pensamento de quem pensa, no sonho de quem o não evita, no sentimento de quem não o ossifica, no afecto e na música de quem ouviu cantar a mãe em criança. Intenções e desejos de notoriedade existem certamente na zona mais íntima e primária de cada um, se calhar na de toda a gente, mas usualmente transportam consigo os esquecimentos garantidos consequentes. Verificam-se e esquecem-se, das tentações nada restará.

Além do "estou aqui", outra fórmula comum para o efeito é a da revelação, igualmente tentadora mas absurda, porque funciona estabelecendo o definitivo e dessa forma termina a História. De facto, a revelação é a anti-história por excelência, representa o fim da evolução, a ausência de pensamento, o fim do processo intrínseco de criatividade. Na revelação, a História será apenas o acto de a contar, será a narração sobre o autor ou sobre a coisa revelada, o que interrompe e bloqueia todos os trajectos para aquele caso, para aquela circunstância, para aquele tipo de ideia, para aquela transmissão. É por isso que, de modo explícito, só as religiões a utilizam como método fixado, embora de modo pequeno e insidioso ela seja disfarçadamente utilizada em capelas seculares, instituições de obediência, academismos tradicionais, que só se aguentam enquanto a função existe na mão de quem se julga com capacidade de revelar. Que terminam uma vez cumprido o quar-

to de hora mais ou menos dilatado a que, segundo a legenda confirma, todos os seres humanos têm direito. Ocasões de exercício de poder e ocasiões de exercício de capela reveladora, para além do efémero, nunca terão lugar seguro na História, porque no fundo são paragens ou tentativas de paragens. Originam mais sobressaltos do que iluminações, contêm mais alavancas contra o movimento do que elementos motores. São momentos, apenas momentos. São muito mais conteúdos narcísicos e objectos inertes, do que comunicação fruída ou transmissão partilhada na melhor maneira de prosseguir. Deses, ao longe, nunca rezará a história.

Pimentel das Neves permanece e tem lugar na história, porque nos transmitiu muito mais a sensação de devir concretizável do que poder ou capela, embora pudesse dispor dum e doutro. Dispunha verdadeiramente disso, mas nunca vi utilizar. Pelo contrário, vi-o ser utilizado por esses poderes e capelas. Transmitiu-nos visão e compreensão do mundo que evoluía, sem precisar de lhe recorrer. Nunca foi para nós o Patrão no sentido académico, nunca foi o livro comprado em Livraria, nunca foi apenas o Director Administrativo ou o Gestor Político. Foi alguém capaz de observar com argúcia e inteligência, capaz de se colocar na transição de épocas, na encruzilhada de pensamentos, na travessia de ideologias e práticas, sem as procurar deter ou sem as procurar negar em nome dos referentes em que tinha sido educado. Sem procurar impedi-las aos mais novos. Aceitou de forma notável que outros pensas-

sem diferente; ouvia e recolhia, aprendia e promovia. Identificava-se ao processo e não ao estabelecido, antes ou depois. Promovia História, englobando-se nela, pelas funções que desempenhava, contrariando o que o rodeava, naquela forma subtil de que interiormente dispunha, utilizando um sentido de humor que, naquele tempo fechado, era indispensável para avançar. Só tem lugar na História quem permite o seu desenrolar, num avanço esclarecido. Ele englobou-se nela.

Tornou-se para nós, de facto, um modelo de identificação. E dispõe, de facto, dum lugar privilegiado na História da Psiquiatria Portuguesa, nesta segunda metade do século XX, ao lado e no patamar de João dos Santos, Barahona Fernandes, Eduardo Cortesão e poucos mais. Desempenhou o que de mais influentemente vivo já aconteceu entre nós. Alimentou-nos a possibilidade de pensar, indicou-nos alongamentos, alguns dele próprio desconhecidos. Criou-nos imagens em português, aplicáveis no terreno, após conhecer muitíssimo bem os serviços estrangeiros, levantando questões, interrogando. Era uma figura admirável, num contraste penoso com a mediocridade que o envolvia. Nunca vi ninguém mais progressista na área da Saúde Mental, se quisermos ainda aplicar esta palavra gasta: na concepção, na perspectiva, na organização dos serviços, na passagem do biológico para o Psicossocial Humanista que constituía a grande novidade. À sua volta se desenvolveram tarefas, objectivos, utopias, que nunca contrariaram a

história. Temos hoje muito boas condições para o afirmar.

Curioso da novidade emergente, transmitiu-nos sempre uma outra verdade fundamental: vale a pena avançar, mesmo tendo razão antes do tempo. É nessa atitude que se faz a História; é nessa atitude que se pode ganhar um lugar na História como ele ganhou.

IV

Tive uma acentuada emoção quando, em 1982, ocupei o lugar de Delegado da Zona Norte do IAP que tinha sido dele. Sem culpabilidades. Quantas vezes pensei, nos tumultos institucionais que se seguiram ao 25 de Abril e em que activamente participei, como o destino se tinha encarregado de nos proteger. Tinha morrido, poucos meses antes. Pelo meu lado, várias vezes o afirmei, não me teria envolvido em nada, se fosse ele ainda o Director.

Ninguém é homem senão depois da morte do pai; era Freud que dizia. Este autor, em termos simbólicos, descreveu no seu livro "Totem e Tabu", a morte do pai. Morte por assassinato, cometida pelos filhos, no tempo da horda primitiva, para lhe ocuparem o lugar. O pai detinha um poder absoluto sobre a obediência dos filhos, sobre o sexo, sobre a agressividade. Poder tão efectivo, esmagador, que o colocava numa inacessibilidade idealizada. Neste mito do assassinato e da refeição totémica que se lhe seguiu, o canibalismo apropriador das capacidades do pai não se transcreveu para

os filhos numa exacta reprodução, porque, morto e devorado, ele tornou-se ainda maior. Através da morte deixou de morrer. Tornou-se abstracto, indestrutivelmente introduzido no interior de todos os que em conjunto tinham perpretado o seu desaparecimento. Tornou-se memória, totalmente presente, venerado ou odiado mas sempre presente, até ao fim de cada um dos filhos, os quais por sua vez o foram repetindo, reproduzindo, na história remota, no símbolo, no processo.

Terá sido este o destino do ser primitivo, que a partir da morte do pai começou a pensar. Por isso o reproduziu compulsivamente, mas ao mesmo tempo se tornou diferente; civilizou-se e continuou, poderíamos dizer. Assim começou a memória, assim começou a história, assim começou a cultura, assim começou a regra, assim começou a lei. Assim começou também a culpabilidade, a contradição, o pecado original; assim se despertaram conflitos, se avançaram lutas, disputas, condutas. Tudo afinal porque daquela morte não resultou alguém que numa identificação total lhe pudesse em absoluto suceder. Resultou um crime e um castigo, uma sentença e um destino, que do mito se repete constantemente na estrutura básica de cada um de nós, em todas as pessoas, em todos os grupos, em todas as manifestações, em tudo que o ser humano possa conceber. Mesmo quando aparentemente afastado, o conteúdo revive-se na sua essência, transformado em fantasma originário.

Os seres humanos continuam-se, mobilizam-se, utilizam leituras e emoções desses acontecimentos ancestrais, mas ninguém alcança objectivos se permanecer contemplativo recordando a história. A criação só acontece na insatisfação do acontecido. Da morte do pai resultou a reparação e o futuro que antes dele não existia. Resultou a continuidade e o projecto. O pai, afinal vivo e poderoso, acaba por se transformar numa ideia poderosa, investida, numa função que cada um retoma dentro de si, mesmo que a sua gestão proporcione ambivalências, afectos, interdições, fantasmas, angústias... "algum caminho sou obrigado a traçar para justificar a minha existência e a minha própria identidade"... o da gente assim disse, assim dirá, em todos os tempos, no crescimento e na maturação. Mas apenas alguns o fizeram e por isso se tornaram memória, local de visita, referência, lugar de história. Pimentel das Neves deve ter dito a si mesmo o que agora a propósito dele dizemos.

Pelo nosso lado, ser continuador e pensar-se em movimento é reconhecer-lo e ser-lhe reconhecido. Numa atitude e numa linguagem interior ao mesmo tempo expressa, assente no caminho percorrido, e também no simbólico e no imaginário. É o que fazemos hoje, na forma de quem sente, sem obediências e sem obrigações, que 25 anos passados seriam absurdas. Apenas no gosto e na gratidão. No merecimento e no reconhecimento, despojado de buscas ou recompensas. Passaram-se 25 anos! Dignificá-

mo-nos dessa maneira, retomando-o, retomando-nos com ele. Ressuscitando-o de certa maneira. Os seres humanos elevam-se pela elevação de que dão presença e cuidado. É uma necessidade mental, do melhor que somos ou temos.

É prosseguir o nome, dar o nome, tendo nome ao mesmo tempo. É perceber a História, continuá-la, conferir justeza ao lugar donde provimos: justeza na história pessoal, na história institucional, na história das ideias, na história propriamente dita. É dar-lhe seguimento no ideal, na formulação e na representação, na regra, na consideração da virtude dessa mesma regra. É um abstracto que se define em trajecto; é uma função interiorizada que se adequa. É uma relação que se prolonga para além da própria morte, é uma convicção determinante, pacificamente adoptada. É também saber que só falamos porque metaforicamente só através dele crescemos e nos multiplicamos. Foi através dele que nos ajuizamos e nos fizemos homens, na área da Saúde Mental. Aprendemos a falar, falamos, demos sentido às palavras, mobilizámo-nos no acto, na retoma da sua própria linguagem. Mesmo separados, continuamos movimentos e mutualidades, numa estrutura onde ainda hoje ressalta a sua presença.

Passa-se connosco o que se passará com toda a gente: o articulado interno do pai primitivo, após a revolta e a morte, instintivamente cria e recria vida e sentimento, quando existe identificação e convicção profunda de que ele a merece.

V

O inconsciente não conhece o tempo nem a morte. A morte é-nos imposta. Só a racionalidade a torna visível e sem retorno, lhe confere noção, lhe empresta conceito, lhe outorga inevitabilidade. A criança não sabe da morte porque não sabe que vai morrer, embora mais tarde o venha a saber mesmo que ninguém lho ensine. Acaba por tomar nota das ansiedades correlativas, da perda definitiva, do perder-se com ela, do seu registo; todo o resto do percurso vai ser alimentado e condicionado nessa patente fundamental. Mas a morte é sempre um corpo estranho, uma bactéria mental introduzida, não desejada, um abscesso na vida. Não é aceite nunca. A resistência é infinita, definitiva, total, tanto mais completa quanto mais inexorável se verifica.

A sua morte foi-nos imposta. Pimentel das Neves morreu num acidente, defronte da minha casa acabada de construir. Durante muitos anos, todos os dias mentalmente tropecei na pesada coluna de trânsito que o matou. Naquele pedaço de cimento, fantasma disparado no embate, aterrador.

Quando morreu tinha 54 anos, era Domingo, era madrugada, era 26 de Agosto de 1973. Vinha só, em traje de cerimónia ... até nisso manteve grande dignidade. Era um homem civilizado!